

EDUCAÇÃO: UM DESAFIO ÉTICO SEGUNDO MANFEDO OLIVEIRA

Education: An Ethical Challenge According to Manfredo Oliveira

MARIA CELESTE DE SOUSA¹

Resumo:

O filósofo cearense Manfredo Oliveira desenvolve uma profunda reflexão sobre a sociedade sistêmica técnico-científica enfatizando a hegemonia da razão instrumental e a educação científico-tecnista, vigente em prol do desenvolvimento econômico e social. Em uma abordagem filosófica, Manfredo discorre sobre a conjuntura contemporânea, evidenciando a educação como um desafio ético. Nosso interesse é compreender a análise que o filósofo faz em relação 1) a situação: sociedade sistêmica técnico-científica; 2) a urgência: parâmetros para uma nova ética e 3) o desafio: educação como princípio ético: humanização e solidariedade.

Palavras-chaves:

Sociedade. Técnica. Ética. Educação. Solidariedade.

Abstract:

The philosopher from Ceará Manfredo Oliveira, develops a deep reflection on the systemic technical-scientific society, emphasizing the hegemony of instrumental reason and the current scientific-technical education in favor of economic and social development. In a philosophical approach, Manfredo discusses the contemporary situation, highlighting education as an ethical challenge. Our interest is to understand the analysis that the philosopher makes in relation to 1) the situation: technical-scientific systemic society; 2) the urgency: parameters for a new ethics and 3) the challenge: education as an ethical principle: humanization and solidarity.

Keywords:

Society. Technique. Ethics. Education. Solidarity.

¹ Doutora em Filosofia. Professora na Faculdade Católica de Fortaleza (UCF)

INTRODUÇÃO

A temática em questão sobre a Educação: um desafio ético, requer, em primeiro lugar, um olhar sobre a situação hodierna do paradigma tecnocrático vigente na sociedade contemporânea com sua educação tecnicista, para em seguida, refletir sobre a urgência de parâmetros para uma nova ética para o mundo globalizado e, por fim, sobre o desafio de uma educação como princípio ético, humanizadora e solidária. O filósofo cearense em suas obras éticas retoma insistentemente este tema, evidenciando o seu posicionamento crítico quanto ao modelo social sistêmico, técnico-científico e a defesa da Ética como o modo humano de viver. Manfredo Oliveira, atento ao mundo-da-vida, percebe o grave risco que corre a Democracia neste mundo globalizado e capitalista. Todos os dias despontam fenômenos de desrespeito à vida no planeta, seja à natureza, gerando os graves problemas ecológicos que explodem em todos os continentes, seja ao ser humano nas realidades de guerras, exclusão, marginalização, violência e morte. Neste contexto, os problemas éticos são evidentes, pois a Ética, enquanto ciência que estuda os fins da práxis direcionando o agir e o viver humanos para a prática do Bem precisa ser revisitada, tornando-se um desafio para a Educação em nossos dias.

1 A SITUAÇÃO: SOCIEDADE SISTÊMICA TÉCNICO-CIENTÍFICA

A análise sobre a sociedade contemporânea nos leva a perceber que o sentido que envolve o tempo é essencialmente tecnológico. “Toda a consciência humana é hoje uma consciência tecnológica, todo o seu relacionamento com a realidade é impregnado de perspectivas tecnológicas” (Oliveira, 1989, p. 74). A técnica tornou-se o modo relacional entre o homem e o mundo, demonstrando o poder da razão instrumental cuja função controladora sobre os homens e a natureza torna-se evidente neste momento histórico em que se vive “um processo de globalização do sistema produtivo e do sistema financeiro em nível mundial, conduzindo a um processo de reconcentração de capital” (Oliveira, 1995, p. 24). “A razão

determinada segundo os padrões científicos e técnicos simboliza a autorrealização do homem como “doador de sentido a tudo o que existe” (Oliveira, 1989, p. 78).

A força da técnica e da ciência romperam os critérios éticos que singularizavam a dignidade humana e alçam voos cada vez mais altos mesmo no âmbito da genética humana, por exemplo, “nos processos químicos que determinam o envelhecimento orgânico, transformando a morte numa espécie de fronteira virtual” (Oliveira, 2010, p. 11). É uma invasão mecânica no mundo-da-vida esvaziando o sentido espiritual que envolve as comunidades propiciando várias consequências como: o aumento da desigualdade social, a realidade da fome que reduz milhões de pessoas ao estado de miséria, em permanente luta pela sobrevivência em todo o planeta terra. E ainda,

a marginalização de milhões de pessoas nos países ditos em desenvolvimento, o que significa: falta de emprego, fome, doença, falta de moradia, ausência de educação, de lazer, de cultura, o que está conduzindo a situações de violência permanente e a exclusão da participação nas decisões políticas (Oliveira, 1995, p. 24).

Este quadro representa o resultado do progresso voltado não para a emancipação humana, mas para o enriquecimento de poucos. Os que mais sofrem são os trabalhadores, as mulheres, as minorias, e os diferentes grupos excluídos que emergem na cena pública lutando pela construção de novos direitos.

É notória a mudança e o redirecionamento de concepções sociais entre a idealização clássica que tinha como teoria a contemplação do eterno e do imutável, e a concepção teórica moderna que legitima o domínio ao homem acerca de todos os processos históricos e naturais, redimensionando a ciência e a tecnologia em forças produtivas, e promovendo um “desenvolvimento” destruidor do próprio homem e da natureza, que se torna um objeto de manipulação. Esta racionalidade utilitarista, dominadora e violenta minimiza o modelo de racionalidade que caracterizou a nossa civilização como “uma civilização da razão”,
Manfredo reitera:

a concepção, ardentemente defendida pelo iluminismo, da razão como instrumento de libertação da humanidade e, assim, se esvai a possibilidade de homens se assumirem como sujeitos da própria história. A razão, que no início da modernidade se entendia como a serviço da liberdade e da emancipação dos homens, se reduz

a uma razão puramente operatória, instrumental, manipulatória das coisas e dos próprios homens (Oliveira, 1995, p. 23).

Nesta sociedade sistêmica desenvolve-se um processo de controle e reajuste dos indivíduos em uma nova configuração existencial, devido à “reificação das relações comunicativas, a lógica sistêmica invade a vida privada e pública do homem, recalçando para a marginalidade sua dimensão ética” (Oliveira, 1993, p. 18). A crescente modernização dos meios tecnológicos e seu impacto sobre a vida humana provoca uma transição dos elementos constitutivos éticos que norteavam a ação para o mecanicismo sistêmico, de tal forma que a vida humana passa a ser regulada. É inevitável notar um processo ativo e contínuo que conduz à desumanização. A adequação do homem ao sistema capitalista, por meio da ideologia e da alienação, força somente a dimensão do *homo faber*. O filósofo reflete,

O cenário humano é um cenário de materialismo radical, orientador das relações dos seres humanos entre si, de sofrimento, de guerras e diferentes tipos de violência, de isolamento, de incerteza, de insegurança, perda crescente do sentido da existência humana. A muitos jovens e adultos foi tirada a esperança de um futuro melhor, pois não há perspectivas de um crescimento econômico suficientemente intenso, que possa absorvê-los no mercado de trabalho em níveis salariais adequados a uma vida decente, o que muitas vezes conduz às drogas e até mesmo o suicídio (Oliveira, 2010, p. 382).

O que está acontecendo? Progresso ou Regresso? De fato, na realidade há um progresso variados de artefatos, aumento da riqueza e dos padrões de vida, mas há também uma tendência ao regresso social e humano, por causa do desenvolvimento de um processo massificador e opressor dos indivíduos. Não é que Oliveira descarte ou ignore os benefícios da tecnologia e da ciência para a humanidade, ele chama atenção para a validade deste modelo desenvolvimentista a qualquer custo, e defende a ideia de que o real processo de desenvolvimento perpassa uma atividade racional e lógica, que não atue como massificador dos direitos humanos, mas reconheça a liberdade de cada indivíduo em toda a totalidade da vida humana. Ele afirma: não somos “contra a técnica e o tecnologismo, mas contra a técnica que se faz irracional por não perceber sua funcionalização à dialética do reconhecimento da liberdade, um mundo em que o homem vive plenamente pelo reconhecimento mútuo das liberdades em todas as suas dimensões” (Oliveira, 1993, p. 133).

Para o filósofo, o processo de humanização só se realizará a partir de um sistema que leve em conta todos os direitos do ser humano, e a conquista destes está diretamente ligada à relação entre igualdade e liberdade, isso implica o combate contra todos os tipos de desigualdades e servidões que perpassam a nossa época. Diante disso, apresenta nosso autor que “não há dignidade humana sem o fim da coerção material, da insegurança e da dependência econômicas. Não há efetivação do ser humano sem o fim da dominação, das relações repreensivas” (Oliveira, 1993, p. 133).

Quem vai humanizar, uma vez que o modelo educacional é tecnicista e sua prática volta-se para a formação de profissionais que assumam os projetos inovadores e progressistas da sociedade sistêmica? Manfredo adverte para o fato de que o sistema trabalha intensamente em busca de

ajustar as pessoas às formas desumanas de organização da vida social fazendo com que, a partir disso, haja pessoas dóceis e submissas, impossibilitando, pela raiz, qualquer processo reflexivo e criando a ilusão de que a felicidade não precisa ser buscada e conquistada, pois ela já está aí. Isto significa dizer que os indivíduos vão perdendo, pouco a pouco, a capacidade e mesmo a oportunidade de se conscientizarem sobre a relação de opressão em que vivem e, conseqüentemente, de se posicionarem criticamente face à realidade (Oliveira, 1995, p 24).

A ideologia da sociedade tecnológica conseguiu, em pouco tempo, mostrar sua face dominadora, destruidora e violenta, fazendo com que o almejado “progresso” inferisse em destruição e morte na transformação do natural em material. Manfredo comenta:

A contradição dessa civilização tecnológica se torna visível na incapacidade espantosa de o ser humano pôr um fim ao previsível progresso destrutivo de si mesmo e da natureza. Uma das possibilidades da história humana é então a possibilidade da própria extinção, de modo que a catástrofe ecológica se revela como o inimigo verdadeiro e comum da humanidade (Oliveira, 2010, p.11).

O grito da natureza se reveste nos diferentes fenômenos naturais que assolam o planeta terra no cotidiano. Morte da natureza. Morte do ser humano. Eis a urgência do tempo: parâmetros para uma nova ética para a sociedade globalizada. Mas como desenvolver um sistema ético que não ofenda a dignidade do homem e que aja diretamente na preservação e manutenção da natureza? Uma ética que possibilite um discurso e alcance de forma igual e

para todos? A resposta para essa questão, deve ser encontrada em nossa situação histórica. É nesta realidade que o homem pode se experimentar e entender que o seu ser não é simplesmente dado, e a efetividade não é um fato acabado, mas uma possibilidade de ser, semelhante a uma meta a ser atingida. Ou seja, temos a necessidade de uma educação ética que provoque o desenvolvimento de seres humanos capazes de enfrentar os problemas desenvolvidos com o surgimento dessa nova civilização.

Então, em uma sociedade globalizada, com uma conjuntura internacional neoliberal centrada no econômico e geradora de capital, mas também de inúmeros conflitos sociais, como guerras, pobreza, fome, instabilidade e desemprego, o que pensar? O que fazer? A pergunta filosófica que, em cada tempo desponta com sua inquirição penetrante sobre o real vem à tona: como devemos viver? É própria da Filosofia ser a sentinela diante do sofrimento humano, ontem e hoje e somente o ser humano é capaz de “libertar-se das causas cegas que o impulsionam” (Oliveira, 2001, p. 9) e posicionar-se criticamente sobre a validade de sua práxis:

O ser humano é o ser que pode levantar a questão da validade de sua própria práxis, o que significa transcender a facticidade na direção da tematização da esfera normativa, a qual lhe abre a possibilidade de afirmar que o que é não deveria ser, e que algo que ainda não é deve ser (Oliveira, 2001, p. 9).

Somente o homem com sua liberdade consegue superar a contradição social porque não se deixa condicionar por nenhum contexto histórico, e é capaz de levantar o véu que esconde a verdade porque é capaz de questionar. E como ele não está preso a nenhum contexto, pode e deve assumir as urgências do tempo, como tarefa permanente, como um futuro a ser construído.

2 URGÊNCIA: PARÂMETROS PARA UMA NOVA ÉTICA

Manfredo Oliveira defende uma visão de homem em sua integralidade antropológica. Como ser espiritual, ele é capaz de transcender todas as realidades empíricas, de fortalecer os laços interativos por meio do diálogo e da comunicação e de criar normas valorativas e justas que elevem a sociedade a outro padrão de vida humana. A Ética torna-se o lugar possibilitador da vida e do processo de humanização, já que ela não se limita a um código de normas, ao

contrário, desde a Grécia, “a ética nasceu no seio da *pólis* como pergunta pelos critérios que tornassem possível o enfrentamento da vida com dignidade” (Oliveira, 2001, p. 5).

Quando comparamos o ideal de *pólis* grega centrada na ideia de Bem, com a nossa sociedade sistêmica técnica-científica percebemos imediatamente a diferença quanto ao sentido das relações interpessoais, o élan norteador das relações sociais gregas eram a vida boa e justa, onde todos os cidadãos viviam dignamente, já o *elán* que rege as relações sociais em nossa contemporaneidade é o mecanicismo, o relativismo, a luta por poder e a sede insaciável por capital geradora da grave desigualdade social. Nossa sociedade perdeu o espírito. Por conseguinte, o grito que se ouve nos quatro cantos do Planeta Terra é a pergunta sobre a Ética como resposta e sinal de contradição e enfrentamento, ela emerge neste contexto “como reflexão crítica destinada a tematizar os critérios que permitem superar o mal e conquistar a humanidade do homem enquanto ser livre” (Oliveira, 2001, p. 10). Ela é mediação para a humanização e para a efetivação de um mundo humano em que a liberdade se torne efetiva e desponte a dignidade humana em sua indeterminação originária. É no mundo e a partir do mundo que o homem deve conquistar-se.

Cada época histórica enfrenta os seus desafios e, como já foi demonstrado, em nossa sociedade contemporânea existem graves problemas e crises humanas e ambientais, gestados em uma lógica de convivência social, em que a economia se transformou na “esfera paradigmática para a organização das relações sociais, nacionais e internacionais” (Oliveira, 2010, p. 309), promovendo a mercantilização e a instrumentalização da vida e da natureza, e a crescente “agressividade entre os Estados e a exploração sistemática do planeta, que conduz à crise ecológica, uma ameaça à própria subsistência da vida” (Oliveira, 2010, p. 310).

O filósofo cearense desvela a novidade subjacente a este novo modelo. Ele afirma: “o novo consiste aqui no fato de que a base material da vida social se desliga de prescrições normativas e passa a reger-se por mecanismos inconscientes, que atuam na vida das pessoas por meio de uma lógica específica” (Oliveira, 2010, p. 312). Com o desenvolvimento de ações coordenadas cada vez mais pelos mecanismos do dinheiro e do poder. Este “novo” confere uma ruptura no *ethos*, enquanto universo simbólico de significações que norteiam a vida e a ação humanas e, por outro lado, cresce o fenômeno da desumanização, “com índices de pobreza e miséria altíssimos, visto que esta situação é uma consequência da forma de como nos organizamos socialmente”.

Ora, como o homem é um ser livre, de totalidade e identidade internas, ele é capaz de se libertar das estruturas que o oprimem. Manfredo assegura que a vida do ser humano se configura como “um processo de libertação enquanto uma luta pela criação de espaços de liberdade em todas as dimensões de sua existência. Criar um espaço, isto é, um conjunto de estruturas, a fim de que a liberdade possa ser efetiva” (Oliveira, 2010, p. 204).

Ele percebe, nas entrelinhas da história contemporânea, experiências sociais que contribuem para a articulação “de uma nova concepção dos direitos humanos: pobreza, miséria, dependência econômica, ditadura política, opressão policial” (Oliveira, 2010, p. 210). Seja na América Latina, no Brasil ou em outros países em desenvolvimento desperta uma consciência de que se há uma violação sistemática e constante dos direitos humanos, então a luta por estes deve “dirigir-se sobretudo contra os mecanismos sociais e econômicos que conduzem a uma violação permanente dos direitos das grandes majorias, isto é, dos pobres” (Oliveira, 2010, p. 211).

A situação gera a urgência radical de um recomeço para “a filosofia, apesar de sua pretensão necessária à universalidade, é sempre uma reflexão marcada histórica e eticamente” (Oliveira, 2010, p. 208) e a criação de uma ética que sinalize os direitos humanos e sua dignidade. O filósofo argumenta dizendo que “a tarefa fundamental para a ética e a filosofia do direito contemporâneos é repor a questão dos direitos fundamentais e o problema da busca da configuração jurídica capaz de se fazer mediação de liberdade em um mundo globalizado” (Oliveira, 2001, p. 163) para propor uma nova direção para a vida humana e social, e, também, abrir espaços de futuro, uma vez que a “globalização constitui um desafio fundamental para a humanidade contemporânea por implicar uma nova distribuição econômica e política do poder em nível mundial” (Oliveira, 2001, p. 164). Entende-se, assim, que essa mudança surge a partir do reestabelecimento da dimensão ética acerca das atividades econômicas, e pelo reconhecimento e valoração do sentido fundamental destas atividades na vida humana.

Logo, uma mudança radical de atitude é necessária, bem como a criação de um sistema ético que supere o contexto de morte, violência e dor e possibilite trabalho, alimento, propriedade, direito e subsistência a todos, sem isenção de ninguém, pelo desenvolvimento de “uma economia global comprometida politicamente com os objetivos

sociais e ecológicos, o que implica também repensar a forma de organização política” (Oliveira, 2001, p. 165). Eis o grande desafio para a prática da justiça como orientação da práxis e das instituições sociais. Manfredo sugere dois parâmetros para esta nova Ética:

1. Reorientação da política e da economia mundial. Superando a submissão a um sistema explorador do ser humano e da natureza, fazendo com que eles se tornem meios para o fortalecimento e aumento do capital. Esta situação degrada e destrói os princípios essenciais da dignidade humana e da natureza, devido ao “liberalismo transnacional” que empreendeu o mercado para o mundo e fortaleceu os meios de interconexão da economia, gerando um capital “de ação para além do espaço dos estados nacionais” (Oliveira, 2010, p. 225).

2. Ética em defesa da vida humana, em que a economia e a estrutura social devam ser configuradas a tal ponto de não possibilitar a produção de pobres, mas promover o desenvolvimento de um sistema onde todos possam ter acesso aos meios necessários à vida. Esta é a tarefa de cada um e de todos, a fim de que haja efetivação dos direitos primordiais à subsistência humana no mundo. Portanto, é em meio a uma configuração de exploração, injustiças e oposições aos direitos humanos, que Oliveira percebe a necessidade fundamental de uma Ética que possibilite, de forma universal, a efetivação da sociedade e da natureza. Não é à toa que ele mostra que “a nova configuração das relações internacionais constituiu um dos estímulos e desafios mais importantes para a configuração da proposta de reflexão filosófica” (Oliveira, 2001, p. 167).

Estas duas grandes urgências do tempo requerem respostas que devem ser refletidas e encontradas no próprio contexto social, com uma mudança de atitude filosófica e ética, ele sugere o desafio “de uma fundamentação de princípios normativos, tanto no que diz respeito às ações dos indivíduos como à configuração das instituições internacionais, tendo como pano de fundo as chances, mas também os conflitos originados da globalização” (Oliveira, 2010, p. 244). Isto significa o desenvolvimento de uma Ética solidária e universal que se estenda a todos os âmbitos da vida humana e social. Uma Ética que encare a problemática que estamos submetidos, tendo em vista “o respeito a toda entidade em sua constituição ontológica específica, de tal modo que se garanta, de forma consciente, a comunidade ontológica universal, que constitui a estrutura básica do universo” (Oliveira, 2010, p. 256). Uma Ética diferente das éticas tradicionais e das morais historicamente hegemônicas vinculadas às esferas particulares das comunidades políticas.

Para a sociedade globalizada, uma nova Ética que consiga refletir “os problemas surgidos da interdependência das nações no contexto de uma mesma civilização tecnológica, de uma civilização planetária” (Oliveira, 2001, p. 176). Oliveira infere que o ser humano é impelido a fazer algo, a desenvolver soluções que sejam respostas às questões cruciais vigentes atualmente, porque ele se sente corresponsável pelo mundo, gerando uma responsabilidade ética em escala global e, portanto, uma ética estritamente ligada e fundada em uma solidariedade histórica, enfim, “trata-se de humanizar a natureza e construir uma história da solidariedade” (Oliveira, 2010, p. 257).

A Ética está estritamente ligada, antes de tudo, à estrutura ontológica de cada ser humano, e se efetiva diante da natureza e dos outros seres humanos em sociedade, por meio das relações básicas desenvolvidas pelo homem na história. Por isso, a exigência ética que deve marcar primordialmente este processo é a humanização, ou seja, “a promoção do ser humano enquanto ser inteligente e livre, o que não nega nem se contrapõe à exigência de respeito e de cuidado da natureza” (Oliveira, 2010, p. 257). O filósofo destaca como requisitos fundamentais para a construção deste novo processo o valor da natureza e do ser humano, seus direitos e sua dignidade. A Ética emerge em meio a dois aspectos: o da argumentação, que vislumbra o reconhecimento da dignidade humana de forma universal, e o da situação histórica marcada pela violência que massifica a dignidade. É em meio a essa contradição que a ética nasce como “emancipatória, da efetivação da comunidade simétrica de comunicação, que substitui as relações de dominação (violência) por relações consensualmente mediadas (racionalidade)” (Oliveira, 1993, 65).

O filósofo está consciente de que a tarefa fundamental dessa nova Ética é garantir e fundamentar princípios que sejam universais, compreendendo estes como momentos do agir ético que possibilitem o relacionamento entre todos os indivíduos, grupos, instituições, estados e sociedades nacionais, orientado e efetivado não pela força da imposição, mas pela legitimação de razões. Esta realidade histórica é prova viva da capacidade que tem o ser humano para “enfrentar a problemática ética de uma forma mais adequada do que se possa ter feito no passado” (Oliveira, 2010, p. 253). Há uma interpelação no tempo, um apelo ao desenvolvimento da Ética da humanização e da solidariedade, que respeite concretamente a dignidade humana nas mais diversas situações históricas. Todas as pessoas com seus

potenciais de inteligência e liberdade transcendem as estruturas opressoras e conseguem desenvolver esta nova ética que ultrapassem os muros políticos e econômicos por um processo humanizador e solidário.

Quem vai educar eticamente? Toda a sociedade é responsável pela formação das novas gerações, todavia a instituição educacional é o espaço interativo de humanização e de formação para a prática da solidariedade. Portanto, é de fundamental importância a educação para uma autonomia solidária. A educação tem o papel de construir um indivíduo que “não só conhece as coisas e os acontecimentos singulares no mundo, mas tem uma visão adequada da totalidade” (Oliveira, 1995, p. 109). Ou seja, que detém um olhar sobre o mundo e se torna capaz de desenvolver processos para a sua libertação e emancipação. É urgente a práxis racional que reconheça os direitos humanos como invioláveis e promova o “reconhecimento da igual dignidade de todo ser humano e conseqüentemente a corresponsabilidade solidária de todas as pessoas” (Oliveira, 1995, p. 115). Um novo sistema educacional que possa confrontar esta crise humanitária e de criar alternativas para o tempo.

Enfim, nosso filósofo aponta para a necessária reviravolta educacional em que o ético seja o fim das atividades formativas e não o econômico, possibilitando, assim, espaços interativos para o desenvolvimento da consciência de liberdade e a maturação sobre a dignidade de todos os indivíduos. Este novo sistema educacional só será suficientemente radical e autêntico entre nós se a ação educativa for comprometida com esta exigência ética básica da vida humana tornando-se, portanto, “uma contribuição para a grande transformação de paradigma que nosso momento histórico está a exigir” (Oliveira, 1995, p. 116). Daí o desafio de uma educação como princípio ético direcionado para a humanização e a solidariedade.

3 DESAFIO: EDUCAÇÃO COMO PRINCÍPIO ÉTICO: HUMANIZAÇÃO E SOLIDARIEDADE

Manfredo critica o modelo educacional que, nas instituições educativas, em muitos lugares e ambientes, tornaram-se meras instituições de instrução, preocupadas e preparadas somente para a formação dos futuros funcionários da sociedade tecnocrática, negligenciando a formação integral do indivíduo.

O impacto deste modelo educativo foi significativo, uma vez que a teoria aristotélica da divisão dos saberes em teórico, prático e poético foi negligenciada, atrofiando e reduzindo, na consciência comum dos indivíduos, a problemática ética, que possibilita enfrentar e sair da condição de alienação. Já o pensamento pós-moderno ganha força em nossa atualidade, valorizando o particular, o mutável e contingente em uma nova forma de pensar. Segundo o filósofo cearense, isso provoca a “heterogeneidade e a diferença, a fragmentação e a indeterminação do pensar” (Oliveira, 2001, p. 273). O processo educacional direciona-se, então, para a formação de indivíduos competidores, e o conteúdo programático é constituído por uma lógica excludente, alienadora e instrumental. Para Manfredo, diz que há uma “redução do ser humano a uma peça numa máquina que funciona com fins próprios, independentes das aspirações e das necessidades humanas” (Oliveira, 2010, p. 312), e, em consequência, a minimização dos espaços conscientes em prol dos mecanismos inconscientes que se tornam mais eficientes na condução social.

O filósofo alerta para as consequências deste modelo educacional tecnicista sobre a cultura e o ensino, uma vez que “o saber não é mais revelação do ser de todas as realidades, de seu sentido, e sim projeto de manipulação de tudo pelo ser humano” (Oliveira, 2001, p. 293), que, inicialmente, é um ser de necessidades, cuja felicidade está ligada à satisfação dessas mesmas necessidades. O conhecimento é o meio pelo qual ele desenvolve o controle dos fenômenos, fazendo com que tudo seja subordinado “a um fim primeiro, que orienta todo o processo, isto é, a acumulação de riquezas, a valoração e valor” (Oliveira, 2001, p. 294). A educação torna-se a mediadora para a subordinação dos indivíduos aos interesses do sistema autônomo na produção de mercadorias, ou “a um processo de ajustamento dos indivíduos às exigências do mercado, o que significa dizer que ela se faz um processo de treinamento com a finalidade de produzir indivíduos eficientes na competitividade” (Oliveira, 2010, p. 332).

Oliveira sinaliza alguns pontos questionadores dos fins propostos pela atual sociedade como: a desproporção entre o enorme poder de acumulação dos indivíduos pelo desenvolvimento tecnológico e o reducionismo da consciência ética, a lógica de exploração do planeta e do ser humano na efetivação de uma racionalidade instrumental, e a cientificização de todas as dimensões da vida humana. Além disso, o autor alerta para

a urgência do ético e o desafio de uma educação humanizadora e solidária, o que resultaria em uma “reviravolta na atitude básica do ser humano diante da realidade” (Oliveira, 2001, p. 263), para que ele perceba que, a natureza e a sociedade não são apenas “produtos” manipulados e mediados a partir da sua intervenção na sociedade capitalista de mercado. Ao contrário, enquanto sujeito histórico, o homem deve posicionar-se em prol de uma ética racional e transformadora, e por uma educação emancipadora que o reconheça como um fim em si e, por isso mesmo, irreduzível aos processos que instrumentalizam e coisificam.

O filósofo defende a ideia de uma educação integral que desenvolva todas as potencialidades do ser humano, humanizando-o, despertando-o para o sentido da vida, para a convivência social e comunitária. A educação deve, portanto, oferecer um rumo, uma orientação à instrução, pois ela não fornece simplesmente informação a respeito de fenômenos e eventos do mundo, mas é antes a aprendizagem de um relacionamento justo com o todo, sendo também uma ajuda para que o homem possa encontrar seu lugar no todo da realidade (Oliveira, 1995, p. 109).

Por conseguinte, o reducionismo da ação educativa à formação técnica está equivocado, ela não deve formar apenas “mão de obra” para a sociedade, mas ser um ato de personalização de cada indivíduo, pelo qual ele possa se efetivar, realizar-se como “pessoa” na vida social. Só assim poderá superar a crise humanitária em que se encontra a sociedade sistêmica.

Manfredo ressalta que, a cada momento histórico, a configuração educacional deve conseguir confrontar os problemas do mundo e a morte do sujeito. Ontem e hoje, a educação enquanto processo fundamental de humanização, deve “responder com esforço a construção do ser humano como sujeito, o que só pode ser feita na medida em que ela abre espaço para que a criticidade imanente à sua linguagem se explicita e se desenvolva” (Oliveira, 2001, p. 278). É uma educação que exige a racionalidade comunicativa em todas as esferas da vida, em contraposição ao modelo de racionalidade vigente na contemporaneidade que determina, reduz e manipula o saber. Um modelo educacional que possa confrontar os desafios do conhecimento instrumental e alienante, reconhecendo tanto a irracionalidade, quanto a força de resistência que liberta do irracional, desenvolvendo práticas interativas e comunicativas, que respeitem a diferença e apontem para a vivência solidária, em que as correntes do individualismo e do egoísmo alienante são quebradas e se fortalecem as relações de cooperação.

Para Manfredo, a finalidade educativa deve ser a formação de sujeitos críticos que percebam a irracionalidade presente em si e no meio social. Uma mente questionadora capaz de argumentar e desenvolver processos racionais de transformação no mundo, portanto, “uma educação que abre a vida toda à razão” (Oliveira, 2001, 285). Este fim só será possível a partir do momento em que todos os indivíduos desenvolvam uma autonomia solidária e aprendam “a conduzir suas vidas radicadas em procedimentos argumentativos com vista à consecução de consensos fundados” (Oliveira, 2001, p. 284).

O filósofo sinaliza dois procedimentos que a educação deve exercer em sua relação com o mundo da *práxis*, ou com os problemas e as questões sociais: em primeiro lugar, um “processo de distanciamento crítico das pretensões da validade que se traduziram, historicamente, enquanto formas de convivência humana” (Oliveira, 2001, p. 285). Em seguida, deve gestar uma nova forma de saber que passa pelo processo racional, revelando como processo educacional que busca “a promoção de uma postura reflexiva diante de qualquer dado, uma vez que, em princípio, tudo pode ser problematizado em relação à validade” (Oliveira, 2001, p. 285), implicando diretamente no desenvolvimento de uma nova mentalidade como atitude fundamental de vida, ou seja, a exigência de uma argumentação justificante para a aceitação de pretensões de validade.

A educação, enquanto instituição fundamental na sociedade e na história, percorre os quesitos para a conquista da humanidade de cada indivíduo. Como uma totalidade completa, ela está estritamente marcada por uma síntese de opostos na vida dos seres humanos, onde, por um lado, há a instrumentalização da vida através dos processos técnicos científicos e, por outro, dos processos éticos, enquanto processos formativos do ser, que preza pela “conquista da maioria e da liberdade efetiva das pessoas” (Oliveira, 2001, p. 286).

No entanto, esta conquista só se efetiva a partir do momento em que, de forma consciente e racional, o indivíduo luta pelos direitos que garantem a existência igualitária para todos. A criação e o desenvolvimento de uma cultura de direitos é fundamental e encontra seu fundamento na tomada de consciência da dignidade do ser pessoal, e esta é “a primeira exigência ética do processo educativo” (Oliveira, 2010, p. 337). O modelo educacional deve prezar pela nova consciência planetária, apontando para “a comunhão universal dos seres humanos uns com os outros e com a natureza de que são parte integrante” (Oliveira, 2001,

p. 288). Uma educação integral, portanto, deve partir da realidade constituída no mundo, uma vez que “o processo de sua autoconstrução está permeado pela busca de condições materiais necessárias para a sua efetivação no mundo, fazendo com que todas as estruturas, como a econômica, sejam busca e garantia de qualidade de vida para os indivíduos” (Cf. Oliveira, 1995, p. 67) e comprometida com a liberdade e suas mediações.

Manfredo Oliveira reflete sobre o fundamento efetivo do “ser humano enquanto ser humano” (Oliveira, 2010, p. 334), implicando diretamente na construção da vida a partir dos marcos referenciais de solidariedade. A escola, enquanto organização cuidadora e formadora da humanidade, deve estar comprometida com a realização de sujeitos históricos, que participem de forma ativa e criativamente em todas as esferas da vida humana, compreendendo-se, diante disso, como indivíduos que são coautores da vida coletiva e, por isso eles necessitam de uma educação que privilegie, assegure e garanta a dignidade de cada um, reconhecendo as potencialidades individuais e coletivas.

Um indivíduo consciente de sua historicidade e, portanto, da tradição em que foi socializado, em que age, fala e compreende. Um indivíduo livre e comprometido, consciente de sua cidadania e socialmente ativo. Por conseguinte, nenhuma realidade histórica pode se contemplar como espaço definitivo e final da vida do indivíduo, porque enquanto ser-no-mundo e ser-com-o-outro não está preso à nenhuma situação, estando a pergunta da autoconstrução diretamente “situada na esfera do aberto” (Oliveira, 2001, p. 280). Para o filósofo cearense, a vida humana está diretamente marcada pelo “espaço da possibilidade de um futuro a ser construído a partir do mundo histórico que o gerou: o ser humano é, sempre, dado e tarefa, necessidade e liberdade” (Oliveira, 2001, p. 280).

Segundo Oliveira, o sistema educacional está estritamente ligado ao processo de conquista da humanização do homem, dotado de um caráter promocional da consciência crítica dos indivíduos. Uma das tarefas básicas da educação “é criar as condições para que os potenciais humanos para uma autonomia solidária possam chegar à efetivação, ou seja, nossos potenciais de individuação e socialização” (Oliveira, 2010, p. 332). Assim, o indivíduo terá condições de superar os processos alienantes, frutos da nossa configuração, e promover a liberdade, fazendo com que o ser seja livre e efetive-se no mundo, sendo expressão de transformação a partir da sua práxis na nossa sociedade.

Enfim, da formação de personalidades históricas mediadoras que possibilitem o exercício da liberdade social pelo reconhecimento da igual dignidade de todos para a promoção e construção de configurações e estruturas permeadas pelo agir ético humanizado; mas para que isso possa acontecer não basta só a ideia, mas também a efetivação desta ideia como quebra de paradigmas. Um agir que está explicitamente ligado ao rompimento de estruturas e ideias irracionais que promovem a desumanização do ser, ou seja, uma educação ética que se faz frente aos problemas desenvolvidos na civilização técnico-científica. A tarefa imprescindível da educação, dado ao que vivemos, é a necessidade de “predisposições necessárias para uma solidariedade efetiva: a educação para a solidariedade é a exigência suprema em um período histórico marcado por uma lógica de exclusão arrasadora” (Oliveira, 2010, p. 332). Enfim, o processo educacional deve ser um espaço solidário a fim de criar a sensibilidade social necessária para a restauração da vida pessoal e comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profunda reflexão de Manfredo Oliveira sobre a sociedade sistêmica técnico-científica desvela o clamor que subjaz ao projeto desenvolvimentista atual, e questiona a hegemonia da razão instrumental, a educação científico-tecnicista e o seu impacto no mundo-da-vida. Em uma crítica contundente, o filósofo cearense analisa a situação, a urgência e o desafio do tempo contemporâneo, apresentando algumas ideias significativas para a mudança social e educacional, enfatizando a tarefa fundamental da ética, enquanto mediação para o desenvolvimento de um processo voltado à humanização e à prática da solidariedade.

O filósofo, primeiramente, discorreu sobre a tecnologia é importante para a vida, ressaltando o grande progresso ao longo dos últimos duzentos anos em que a ciência e a técnica se tornaram o critério de verdade e de validade evidenciando o domínio do homem acerca de todos os processos históricos e naturais pelo redimensionamento da tecnologia em forças produtivas. Os avanços conquistados por este modelo de desenvolvimento foram enormes em todas as dimensões da vida e da natureza, todavia, o preço pago foi também muito alto, com consequências catastróficas para o meio ambiente e para a vida social. O cenário humano tornou-se um cenário de materialismo radical, orientador das relações

dos seres humanos entre si, de isolamento, de incerteza, de sofrimento, de insegurança, de guerras e diferentes tipos de violência, da perda crescente do sentido da existência humana.

Ele destaca para a validade deste modelo de desenvolvimento a qualquer custo, e defende a ideia de que o real processo de desenvolvimento perpassa uma atividade racional e lógica, que não atua como massificador dos direitos humanos, mas reconhece a liberdade de cada indivíduo em toda a totalidade da vida humana. O filósofo critica também o reducionismo da adequação do homem ao sistema capitalista apenas como *homo faber* sendo a sua vida regulada pelo sistema, por meio da ideologia e da alienação. Por conseguinte, esta racionalidade utilitarista, dominadora e violenta promove a reificação das relações comunicativas e invade a vida privada e pública do homem, recalcando para a marginalidade sua racionalidade ética que caracterizou a nossa civilização como “uma civilização da razão”.

A contradição dessa civilização tecnológica se torna visível na incapacidade espantosa de o ser humano pôr um fim ao previsível progresso destrutivo de si e da natureza, denotando a possibilidade catastrófica de sua própria extinção. Manfredo percebe nesta situação apelos por humanização e solidariedade. São apelos éticos que ecoam nos quatro cantos do Planeta Terra. E infere que o processo de humanização só se realizará a partir de um sistema que considere todos os direitos do ser humano e que esta conquista está diretamente ligada à relação entre igualdade e liberdade. Mas quem vai humanizar? Uma vez que o modelo educacional é tecnicista e sua prática volta-se para a formação de profissionais que assumam os projetos inovadores e progressistas da sociedade sistêmica?

O filósofo cearense reflete, em segundo lugar, sobre a necessidade de parâmetros éticos para a sociedade globalizada, parâmetros que não firam a dignidade do homem e que ajam diretamente na preservação e manutenção da natureza. Uma nova forma de vida sedimentada sobre a Ética, possibilitando um discurso para todos e resposta à questão: como devemos conviver? É a partir da nossa situação histórica que o filósofo encontra a resposta para este questionamento, já que é nessa situação que o ser humano pode experimentar e compreender que a sua essência não é simplesmente dado, e a efetividade não é um fato acabado, mas uma possibilidade de ser, semelhante a uma meta a ser atingida. Manfredo aposta na capacidade humana de superar as contradições presentes. Ele é o ser

que pode levantar a questão da validade de sua própria práxis, o que significa transcender a facticidade na direção da tematização da esfera normativa, a qual lhe abre a possibilidade de afirmar que o que é não deveria ser, e que algo que ainda não é deve ser.

A Ética torna-se o lugar mediador para o processo de humanização, já que ela não se limita a um código de normas, mas se constitui como pergunta pelos critérios que tornam possíveis o enfrentamento da vida com dignidade. Nossa sociedade perdeu o espírito, por conseguinte, a Ética apresenta-se como resposta e sinal de contradição e enfrentamento, emergindo neste contexto como reflexão crítica destinada a tematizar os critérios que permitem superar o mal e conquistar a humanidade do homem enquanto ser livre. Ela é mediação para a efetivação de um mundo humano em que a liberdade se torna efetiva e desponta a dignidade humana em sua indeterminação originária. É no mundo e a partir do mundo que o homem deve conquistar-se.

Ora, como o homem é um ser livre, de totalidade e identidade internas, ele é capaz de se libertar das estruturas opressoras. Manfredo sustenta que a existência humana é um processo de libertação enquanto uma luta pela criação de espaços de liberdade em todas as dimensões de sua existência, criando estruturas para que a liberdade se realize. Ele propõe como parâmetros para esta nova Ética, a reorientação da política e da economia mundial, superando a submissão a um sistema explorador do ser humano e da natureza e a Ética em defesa da vida humana, pela reconfiguração da estrutura social por uma economia solidária. Assim, é possível promover um novo ciclo de desenvolvimento centrado no humano, fundamentado em princípios normativos, tanto no que diz respeito às ações dos indivíduos quanto à configuração das instituições internacionais, tendo como pano de fundo as chances, mas também os conflitos originados da globalização.

O filósofo prever um novo começo para a filosofia enquanto tal, porque a filosofia, apesar de sua pretensão necessária à universalidade, é sempre uma reflexão marcada histórica e eticamente. Ele está consciente de que a tarefa fundamental dessa nova Ética está em garantir e fundamentar princípios que sejam universais, compreendendo estes como momentos do agir ético, podendo assim, possibilitar o relacionamento entre todos os indivíduos, grupos, instituições, estados e sociedades nacionais, orientado e efetivado não pela força da imposição, mas pela legitimação de razões. Há uma interpelação no tempo,

um apelo ao desenvolvimento da Ética da humanização e da solidariedade, que respeite concretamente a dignidade humana nas mais diversas situações históricas. Todas as pessoas com seus potenciais de inteligência e liberdade transcendem as estruturas opressoras e conseguem desenvolver esta nova Ética que ultrapasse os muros políticos e econômicos por um processo humanizador e solidário.

O filósofo, em terceiro lugar, reflete sobre a importância da educação para uma autonomia solidária. Ele compreende que a educação tem o papel fundamental na sociedade porque trabalha com pessoas, e por conseguinte, ela pode contribuir tanto para a formação de pessoas dóceis e submissas, incapazes de refletir, perdendo a sua capacidade crítica de perceber a relação de opressão em que vivem, quanto ela pode também desenvolver no indivíduo a capacidade de não apenas conhecer as coisas e os acontecimentos singulares no mundo, mas ter uma visão adequada da totalidade, detendo o olhar sobre o mundo e sendo capaz de desenvolver processos para a sua libertação e emancipação.

A Escola deve, portanto, desenvolver práticas interativas e comunicativas, que respeitem a diversidade e apontem para a vivência solidária. Essas experiências colocam a vida humana em níveis de humanização qualitativamente novos, em direção a um mundo mais solidário, uma vez que quebram as correntes do individualismo e do egoísmo alienante e abre-se para relações de comunhão. Tendo como fundamento efetivo o “ser humano enquanto ser humano” que implica diretamente na construção da vida a partir dos marcos referenciais de solidariedade.

É uma educação que exige a racionalidade comunicativa em todas as esferas da vida, em contraposição ao modelo de racionalidade vigente na contemporaneidade que determina, reduz e manipula o saber. Um modelo educacional que confronte os desafios do saber simplesmente instrumental e alienador, ou uma razão que reconheça a irracionalidade e a força da resistência, que liberta do irracional. A finalidade educativa deve ser a formação de sujeitos morais e éticos que possam detectar e criticar a irracionalidade presente no próprio sujeito, no mundo das instituições da vida social, como nos discursos humanos que se pretendem racionais.

E como a educação relaciona-se diretamente com o mundo da *práxis* Manfredo explica que ela deve proceder, primeiramente, pelo distanciamento crítico das pretensões da validade

que se traduziram, historicamente, enquanto formas de convivência humana, para em seguida, gerar uma nova forma de saber racional, argumentativo para a aceitação de pretensões de validade. É pela educação, enquanto processo de conquista da autonomia solidária, que se pode almejar a mudança do paradigma social e iniciar uma nova etapa histórica.

Enfim, o pensador cearense propõe uma sociedade humana e solidária na qual o cidadão conquista sua humanidade, ao tomar consciência da dignidade do ser pessoal adquirida por meio de uma educação para a liberdade pela qual ele racionalmente se compromete na luta pelos direitos que garantem a existência igualitária e a vida boa para todos.

REFERÊNCIAS

- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Desafios éticos da globalização**. São Paulo: Paulinas, 2001.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética, direito e democracia*. São Paulo: Paulus, 2010.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e práxis histórica**. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e racionalidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e sociabilidade*. 2ª ed., São Paulo: Loyola, 1993.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. *Ética e economia*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **A Filosofia na crise da humanidade**. São Paulo: Editora Loyola, 1989.